



**IRIDIO EMPREENDIMENTOS
E PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023**
Com o relatório dos auditores independentes

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Irdio Empreendimentos e Participações S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Irdio Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irdio Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Natalia Pereira".

Natalia Pereira

Contadora – CRC1SP328167/O-0

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fábio Debiaze Pino".

Fábio Debiaze Pino

Contador - CRC1SP251154/O-9

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 20.792.955/0001-36

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82	153	Obrigações tributárias		11	30
Impostos a recuperar		2	124	Contas a pagar		440	444
		84	277	Partes relacionadas	7	8.356	5.896
						8.807	6.370
Não circulante				Não circulante			
Debentures	5	-	4.507	Impostos diferidos	8	27.052	24.094
Impostos diferidos	8	1.733	-	Provisão para contingências	9	176	-
Propriedade para investimento	6	94.320	85.620			27.228	24.094
		96.053	90.127	Patrimônio líquido	10		
				Capital social		19.979	19.979
				Adiantamento para futuro aumento de capital		300	300
				Reserva legal		2.183	2.183
				Reserva de lucros		37.640	37.478
						60.102	59.940
Total		96.137	90.404	Total		96.137	90.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 20.792.955/0001-36

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Resultado na avaliação de ativos	6	8.700	2.060
Despesa gerais e administrativas	11	(1.786)	(1.873)
Outras despesas	12	(5.294)	-
Resultado antes do resultado financeiro		1.620	187
Resultado financeiro líquido	13	(233)	(5)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.387	182
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		-	(3)
Diferido	8	(1.225)	(700)
		(1.225)	(703)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		162	(521)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 20.792.955/0001-36

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	162	(521)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>162</u>	<u>(521)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 20.792.955/0001-36

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.001	(22)	300	2.183	37.999	60.461
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(521)	(521)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.001	(22)	300	2.183	37.478	59.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	162	162
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.001	(22)	300	2.183	37.640	60.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 20.792.955/0001-36

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	162	(521)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Atualização de juros – Debentures	(588)	(612)
Impairment – Debentures	5.095	-
Provisão para contingências	176	-
Atualização de juros – Partes relacionadas	870	632
Variação do valor justo na propriedade para investimentos	(8.700)	(2.060)
Efeito reflexo de impostos diferidos	1.225	700
	<u>(1.760)</u>	<u>(1.861)</u>
Variação em ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	122	(1)
Contas a pagar	(4)	10
Obrigações tributárias	(19)	(21)
	<u>99</u>	<u>(12)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.661)</u>	<u>(1.873)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	1.590	1.919
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>1.590</u>	<u>1.919</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(71)</u>	<u>46</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	153	107
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	82	153
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(71)</u>	<u>46</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Irídio Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores. Seus atos constitutivos foram registrados na JUCESP em sessão de 07 de agosto de 2014, sob o NIRE nº 35300468236 e, em 06 de novembro de 2014 alterou a denominação social para a atual.

A Companhia tem por objeto social:

- Desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários;
- Gestão e administração de propriedade imobiliária;
- Aluguel, compra e venda de imóveis próprios;
- Participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estimativas.

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram devidamente aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)**

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço

(b) Valores a receber e partes relacionadas

Registrados pelo custo inicial e, posteriormente acrescido, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

(c) Propriedade para investimento

Os imóveis foram adquiridos para renda e/ou para apreciação de capital no longo prazo e são classificados como propriedade para investimento, dentro do subgrupo investimento do ativo não circulante. Foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor de custo e ajustados ao valor justo, conforme laudo de avaliação dos ativos. Os resultados dos ajustes a valor justo são registrados na rubrica do resultado "Ajuste a valor justo".

A Administração da Companhia avalia continuamente a existência de eventos que indiquem a possibilidade de alteração substancial no valor justo da propriedade que é composta por diversas matrículas classificadas como propriedade para investimento.

(d) Instrumentos financeiros

Conforme a NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e Debêntures (nota explicativa nº 5), classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por Contas a Pagar e Partes relacionadas (nota explicativa nº 7), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

(e) Contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, para o qual não há impacto de juros.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)**

(f) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(g) Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são apurados pelo lucro presumido e calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável excedente a R\$ 60 mil trimestral para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro presumido tributável.

A despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência.

(i) Avaliação de *impairment* de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

No exercício de 2023, foi constituído *impairment* sobre as debêntures (nota explicativa nº 5) no montante de R\$ 5.095.

(j) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Novas normas e alterações em vigor no exercício corrente:

- **NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.
- **NBC TG 25 (R2) – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.
- **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações financeiras:** Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.
- **NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações financeiras:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.
- **NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros:** Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise da baixa de passivos financeiros. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

- **NBC TG 50 – Contratos de seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.
- **NBC TG 15 (R4) – Combinação de Negócios:** Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. Essas alterações são aplicáveis após 01 de novembro de 2023.
- **NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado:** A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Essas alterações são aplicáveis para após 01 de novembro de 2023.

A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Novas normas revisadas e emitidas, mas ainda não vigentes:

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

- **IAS 1 – Presentation of Financial Statements / IFRS – Practice Statements: Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”.** As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las.
- **IAS 1 – Presentation of Financial Statements / IFRS 2 – Practice Statements:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por, no mínimo, doze meses da data do balanço patrimonial.
- **IAS 7 – Statement of cash flows / IFRS7 – Financial Instruments: Disclosures:** Explica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
- **IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors:** Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

- **IAS 12 – Income Taxes:** Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.
- **IAS 12 – Income Taxes:** Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE (Cooperação e Desenvolvimento Econômico).
- **IFRS16 – Leasing:** Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
- **IAS 21 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates:** Moeda não passível de conversão.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras	82	153
	82	153

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, Referenciado -DI, lastreadas em Títulos Públicos e Privados, assim como certificados de depósitos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e de acordo com os seus respectivos regulamentos, essas aplicações liquidez imediata, sem perda dos rendimentos.

5. Debêntures

Descrição	Quantidade	2023	2022
Debentures – Ted Terras Participações S.A. (*)	23	5.095	4.507
(-) Impairment		(5.095)	-
		-	4.507

Movimentação de debentures:

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	4.507	3.895
Atualização de juros	588	612
	5.095	4.507

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

(*) **Debêntures:** integralização de 23 debêntures simples, não conversíveis em Ações, da 4ª série, da 1ª emissão, conforme terceiro aditamento ao instrumento particular da escritura da primeira emissão privada, com garantia real, em série única da Ted Terras Participações S.A., datado de 06 de dezembro de 2017. A remuneração das debêntures será atualizada pela variação positiva do IPCA/IBGE e fará jus a juros de 8% ao ano a partir da data de emissão até a data de vencimento original em 27 de dezembro de 2020, que foi prorrogada para 30 de novembro de 2023, conforme Segundo Aditamento de transação de 07 de novembro de 2022, assinado entre as partes.

A Companhia avaliou os indicativos de perda por redução ao valor recuperável e optou por registrar o impairment de 100% do saldo a receber das Debêntures Ted Terras Participações S.A.

6. Propriedade para investimentos

Movimentação – 2023

Fazenda Caraibas – MG	2022	Avaliação a valor justo	2023
Valor de aquisição	14.000	-	14.000
Despesas com ITBI	675	-	675
Despesas com cartório	80	-	80
Ajuste a valor justo	70.865	8.700	79.565
	85.620	8.700	94.320

Movimentação – 2022

Fazenda Caraibas – MG	2021	Avaliação a valor justo	2022
Valor de aquisição	14.000	-	14.000
Despesas com ITBI	675	-	675
Despesas com cartório	80	-	80
Ajuste a valor justo	68.805	2.060	70.865
	83.560	2.060	85.620

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu de Essa Empreendimentos Severina S.A., através de escrituras definitivas lavradas pelo Cartório do 9º Ofício de Notas de Belo Horizonte, registradas às folhas 70 à 76 e 77 à 82 do livro 2087 a fazenda Severina composta pelas áreas de 127,3658 hectares ares, situada no distrito de Justinópolis, município de Ribeirão das Neves-MG, objeto da matrícula nº 8.527 do Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves-MG, pelo valor de R\$ 5.600 e; de 141,2539 hectares ares, situada no município de Vespasiano-MG e objeto da matrícula nº 6.677 do Cartório de Registro de Imóveis de Vespasiano-MG, pelo valor de R\$ 8.400, totalizando 268,6197 hectares ares e valor no montante de R\$ 14.000.

Em 2015, a Companhia teve despesas de cartório na ordem de R\$ 80 referente regularização e registros das terras.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

No exercício de 2023, a Companhia, registrou ajuste a valor justo no montante de R\$ 8.700 (R\$ 2.060 em 2022), com base em laudos de avaliação, emitido pela The BR Case Consulting - BRCC, empresa de avaliação externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada. Para determinar o valor justo do imóvel foi considerado para a estimativa a utilização do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado com tratamento de fatores, de modo que o valor do terreno é obtido pela comparação direta com outros terrenos semelhantes situados na mesma região geoeconômica e, portanto, os valores pesquisados trazem, em seu bojo, todas as variáveis do mercado em que está inserido.

7. Partes relacionadas

O detalhamento dos saldos de créditos em aberto com partes relacionadas está apresentado a seguir, os quais foram realizados nas condições acordadas entre as partes:

Transação	Parte relacionada	Relação	2023	2022
Mútuo	Abioye Empreendimentos e Participações S.A.	Grupo econômico	8.356	5.896
			8.356	5.896

Movimentação das partes relacionadas passivas:

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	5.896	3.367
Aportes	1.590	2.976
Juros incorridos	870	632
(-) Baixas	-	(1.079)
	8.356	5.896

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Impairment sobre debêntures (nota explicativa nº 5)	5.095	-
Base de cálculo		
IRPJ – 25%	1.274	-
CSLL – 9%	459	-
	1.733	-
Passivo		
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento (nota explicativa nº 6)	79.565	70.865
Base de cálculo		
IRPJ – 25%	19.891	17.716
CSLL – 9%	7.161	6.378
	27.052	24.094

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Movimentação de Imposto de renda e Contribuição social no resultado do exercício:

Descrição	2023	2022
Diferenças temporárias – exclusão		
Ajuste a valor justo (líquido) de propriedade para investimento	8.700	2.060
IRPJ – 25%	(2.175)	(515)
CSLL – 9%	(783)	(185)
Subtotal	(2.958)	(700)
Diferenças temporárias – adição		
Impairment sobre propriedades para investimentos	5.095	-
IRPJ – 25%	1.274	-
CSLL – 9%	459	-
Subtotal	1.733	-
	(1.225)	(700)

9. Contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A administração, apoiada a opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

	2023	2022
Contingências trabalhistas	176	-
	176	-

Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras

	2023	2022
Ação Cível (a)	-	1.225
	-	1.225

(a) Ação Declaratória de Nulidade nº. 5096319-40.2017.8.13.0024 contra Fininvest BSO FIP, Iridio e demais partes. Em 22 de junho de 2022, apresentamos contrarrazões ao Recurso de Apelação reforçando a necessidade de manutenção da sentença e extinção do processo em virtude da existência de cláusula de compromisso arbitral. Os autos foram remetidos para o Tribunal de Justiça em 13 de julho de 2022. Em 06 de junho de 2023 a turma colegiada manteve a decisão de primeira instância, a favor dos reclamados, dando baixa no processo, arquivando definitivamente.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito é R\$ 20.001 divididos 20.001.200 ações, sendo 10.000.600 ações ordinárias e 10.000.600 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal.

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R\$ 19.979, restando o valor de R\$ 22 a ser integralizado.

b) Reserva legal

A Companhia está autorizada a apropriar no mínimo 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 13 de março de 2020, o acionista Finvest BSO Fundo de Investimentos em Participações enviou a quantia de R\$ 300 (trezentos mil reais) para a Companhia a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC com prazo de integralização até 31 de dezembro de 2023, o que não ocorreu. O aumento de capital será realizado no exercício de 2024.

11. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2023	2022
Gerenciamento Imobiliário	(981)	(1.046)
Consultoria	(554)	(641)
Tributárias	(87)	(54)
Assessoria advocatícia	(89)	(50)
Despesas de ocupação	(15)	(36)
Assessoria contábil/auditoria	(59)	(35)
Utilidades e serviços	-	(11)
Despesas gerais	(1)	-
	(1.786)	(1.873)

12. Outras despesas

Descrição	2023	2022
Impairment sobre debêntures	(5.095)	-
Provisão para contingências	(176)	-
Perdas com recebíveis	(23)	-
	(5.294)	-

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Resultado financeiro líquido

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre atualização de debentures	588	612
Rendimentos de aplicações financeiras	49	15
	637	627
Despesas financeiras		
Juros passivos	(870)	(632)
	(870)	(632)
	(233)	(5)

Em 2023 e 2022, a Companhia não efetuou qualquer tipo de operação com instrumentos financeiros derivativos.

14. Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrerem em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia e suas controladas. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

c. Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia gerenciarem os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)**

15. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

16. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das Demonstrações Financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
